

PROJETO DE REASSENTAMENTO RURAL NO EXTREMO SUDOESTE PAULISTA - LAGOA SÃO PAULO - UM EXEMPLO PIONEIRO NO BRASIL (Primeiras notas)

Armando Pereira Antonio (*)

José Barreira (**)

CONSIDERAÇÕES GERAIS

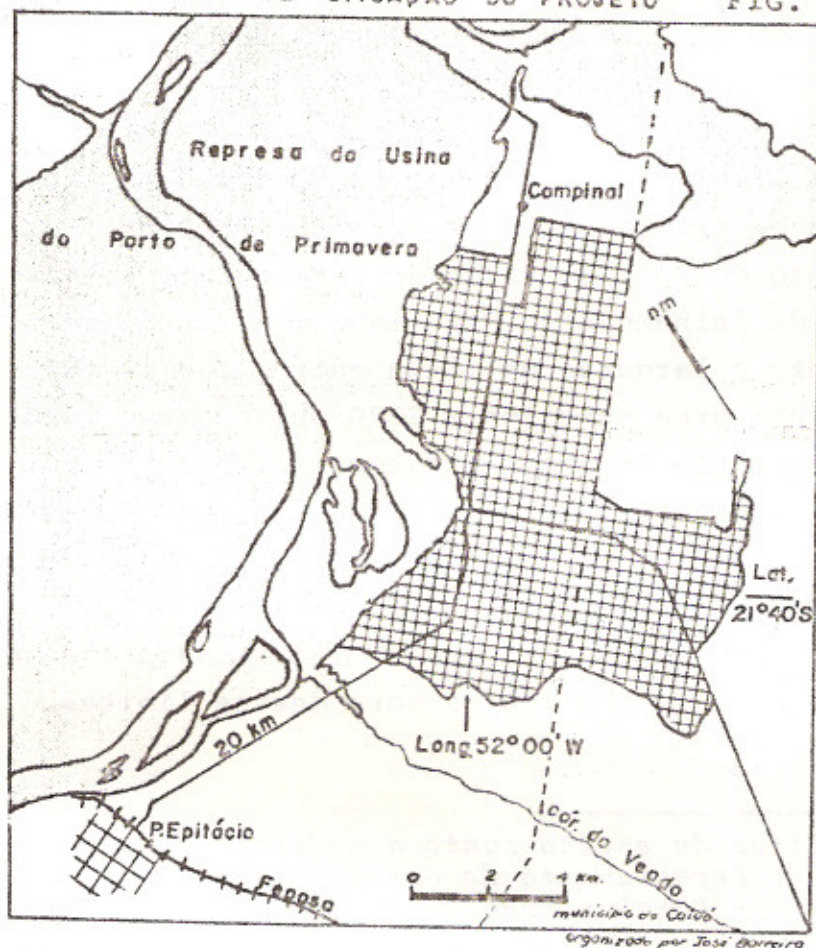
Com a construção da Usina Hidrelétrica do Porto Primavera (capacidade para 1.750 MW) o represamento (cota de 260m) do Rio Paraná nos limites dos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo atingirá ao longo de 225 quilômetros cerca de pouco mais de 50 ilhas (com mais de 1300 ilhéus, em 1978) e regiões ribeirinhas em ambas as margens, porém com maior gravidade na margem direita (Estado do Mato Grosso do Sul) em razão do desnível ou rebaixamento resultante de falhamentos. Este lago com 225 quilômetros de comprimento e larguras em média entre 12 e 14 quilômetros, ocupando uma área superior a 2600 quilômetros quadrados, criará uma série de problemas sociais, uma vez que a CESP - Companhia Energética de São Paulo - assumiu compromissos, de reassentar somente os lavradores ribeirinhos dentro dos limites da Reserva Florestal da Lagoa São Paulo, e, posteriormente, através de um novo projeto, o reassentamento de pescadores ilhéus e ribeirinhos fora destes limites.

(*) *Auxiliar de ensino junto a cadeira de Geografia do Brasil do Departamento de Geografia Humana e Regional do IPEAPP - UNESP - Presidente Prudente.*

(**) *Auxiliar de Planejamento da Coordenadoria de Ação Regional da Secretaria do Interior do Estado de São Paulo.*

O Projeto de reassentamento rural está localizado próximo ao Bairro rural do Campinal, abrangendo partes das regiões norte dos municípios de Presidente Epitácio e Caiuá os quais pertencem a sub região administrativa de Presidente Venceslau, (fig. 1). A Estrada Boiadeira que liga os núcleos de Caiuá e Panorama, fazendo limites municipais, também seccionou o projeto: pouco mais de 1/4 da área deste no município de Caiuá e os 3/4 localizados no município de Presidente Epitácio.

MAPA DE SITUAÇÃO DO PROJETO FIG. 1



O projeto de reassentamento que abrange uma área de 10.769 hectares, em cujas terras devolutas conterão inicialmente 582 lotes aos quais serão somados mais 22 lotes para futura expansão, quando do desdobramento das famílias pelo processo matrimonial.

Os critérios de reassentamento foram no sentido de proteger a categoria de lavrador ribeirinho, destinando lotes àqueles que tinham por atividade principal a agricultura comercial e de subsistência, desde os detentores das posses aos seus empregados. A esses ainda uma outra condição fora imposta, que tivessem sido cadastrados em 1978 pela Empresa de Consultoria RUY OHTAKE Arquitetura e Urbanismo Sociedade Civil Ltda (empresa esta contratada pela CESP para que realizasse o anteprojeto de reassentamento); em outras palavras, àqueles que efetivamente estivessem usufruindo da posse no momento do cadastramento. Muitos dos que abandonaram as suas posses, emigrando para os grandes centros, ao tomarem conhecimento de fatos novos sobre este projeto, tentaram com seus retornos, após o cadastramento, ganhar a condição de beneficiários, no que foram impedidos.

O que se questiona não é a condução do reassentamento que a CESP está, por sinal, levando a bom termo, mas sim quando esta se desobrigar da competência ou obrigação social do reassentamento rural e não se fizer mais presente e a gerência dos negócios do projeto assumir uma modalidade de "auto-gestão". Se, por um lado, a organização do trabalho cooperado é exigido do posseiro o pagamento de uma quantia de Cr\$ 20.000,00 para que este torne-se membro da cooperativa, (conforme Estatuto da Cooperativa, onde cada associado ao ser admitido, deverá subscrever, no mínimo 40 quotas-partes do capital social, sendo que cada quota-parte tem um valor unitário igual a Cr\$ 500,00) além desta ser uma situação nova à qual estes deverão adaptar-se como condição de sobrevivência; por outro, a presença proposital de empresários rurais como o grupo Yoshihara (905 ha), Orlando Silva (20,4 ha) e Mario Bonifácio (59 ha) como estímulo (por sua tecnologia e trabalho organizado) aos demais vizi

nhos, constituiu-se numa proposta bem intencionada porém in
gênua, pois a própria CESP teme uma iminente concentração de
terras a longo ou mesmo a médio prazo. Portanto o que se per
gunta é como reagirão de forma organizada os elementos nacio
nais sem nenhuma coordenação estatal, uma vez que esta situa
ção será, em geral, inusitada para eles? E mais, é provável
o aparecimento, mesmo diante da prática de uma policultura
ligada a horticultura, de monopólio de compra sob o controle
do grupo Yoshihara. Também admite-se, com a cristalização da
posse definitiva (após 5 anos de ocupação) o surgimento de
explorações dos lotes já de propriedade dos "posseiros" sob
a forma de parceria e/ou arrendamento, propiciando com isto
o desencadeamento de um processo emigratório em razão de ca
rãter mais absenteísta, frequentemente verificado na região
entre os proprietários de terras, mesmo minifundiários. Fina
lizando, tendo como pressupostos que as vidas econômica, so
cial e cultural são determinadas por fatores psicológicos (re
ferenciados por Dante Moreira Leite) Viana Moog, Sergio Buar
que de Holanda e Fernando de Azevedo observaram em comum al
gumas características psicológicas entre os elementos nacio
nais: imediatismo; ausência de espírito de organização e coo
peração espontâneas, uma organização de trabalho de pequenos
produtores nacionais como esta, com dificuldades mesmo de se
estruturar, sem o controle e proteção contínua do Estado fa
talmente desfigurar-se-á diante das presenças de empresas ru
rais dentro do próprio projeto, e mais um agravante, são la
tifundiárias.

O nosso interesse pelo tema nasceu em 1978 através
de contatos casuais com posseiros da Reserva Florestal Lagoa
São Paulo. Na medida que fomos nos identificando com os pro
blemas destes, achamos por bem esquematizar os contatos de
modo que estes se tornassem mais frequentes, tanto nos lo
cais das antigas posses como na área de reassentamento, nes
ta última em 1981.

Por diversas vezes estivemos nestas áreas, nas
quais cerca de uma dezena de posseiros foram entrevistados ;
Fica aqui registrado o nosso agradecimento à Cooperativa A

grícola Mista Lagoa São Paulo e em especial ao senhor Oduvaldo O. Lacava e a sua equipe técnica (José Paulo e Walter) do Escritório da CESP em Presidente Epitácio pelos subsídios sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Com uma área que ultrapassa quatro mil alqueires este projeto deverá ter um total de 604 lotes agrícolas, onde cada um destes terá no mínimo uma área de 13 ha (área esta correspondente ao módulo rural da região) com todos os recursos e infraestrutura necessários para atender mais de 600 famílias que deverão se associar através de uma cooperativa agrícola. Os lotes deverão apresentar certas semelhanças, isto é, em geral de formas retangulares, na sua maioria com largura de 200 metros - frente para a estrada vicinal - e 600 metros de comprimento, conforme figura (2).

Visto isoladamente, o lote está esquematizado da seguinte maneira: a área próximo à estrada será reservada para a construção da casa e seus anexos - pocilga, galinheiro, tulha, poço d'água, pomar e área para a prática de agricultura de subsistência, a maior parte da área será destinada para a prática de agricultura comercial, figura (3).

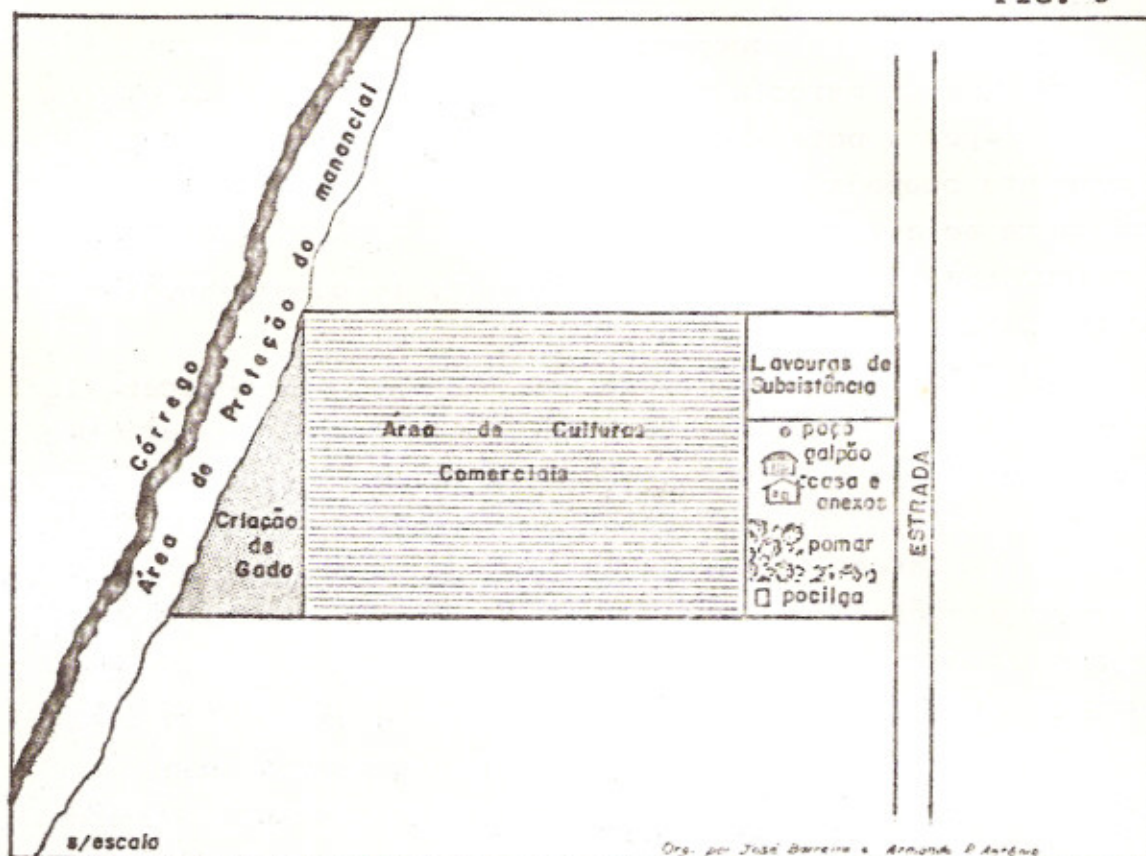
Todo o projeto deverá ser provido de energia elétrica, através do serviço de eletrificação rural; a dimensão e disposição dos lotes, a rede de energia elétrica, a localização das residências para um maior contato entre as famílias e a maior proximidade do agricultor junto à via de circulação condicionarão o surgimento de um habitat rural disperso, porém ordenado e linear.

No conjunto, o projeto deverá conter três núcleos comunitários nas principais vias de acesso, em pontos estrategicamente pré-determinados, para satisfazer as necessidades dos agricultores. Esses núcleos terão galpões para uso



DESENHO ESQUEMÁTICO E FUNCIONAL DOS LOTES

FIG. 3



múltiplo, escolas de 1º grau, posto de saúde, armazéns de a bastecimento e campo de futebol; na sede central já existe em funcionamento o armazém, da Cooperativa, para vendas de gêneros de primeira necessidade; nesta sede também já se ins talou um escritório da CATI para fornecimento de sementes e instruções de técnicas agrícolas. A sede central deverá con ter ainda: escritório da cooperativa, galpões para assistên cia técnica de equipamentos agrícolas com oficinas de manu tenção, usina de beneficiamento, armazém geral e silos para estocagem da produção, escolas de 1º e 2º graus, galpão para reuniões, festas, praça de convivência (arborizada), áreas pa ra prática de diversos esportes.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

Os lotes já ocupados e explorados por mais de 200 famílias, na sua maioria dispensaram o processo de desmatamento e limpeza, pois grande parte da área do projeto era anteriormente ocupada com pastagens, numa criação extensiva; cabe agora ao agricultor o preparo desse solo com arações para destruição e decomposição do capim e, logo em seguida, efetuar o plantio.

Na figura nº 2 embora não possamos estabelecer limites definidos, em geral, as condições pedológicas dos terrenos localizados à margem esquerda que liga Presidente Epitácio ao Bairro Rural do Campinal, no sentido descrito, apresentam solos Latosolos Vermelhos escuros - textura argilosa porém com lençóis freáticos rasos, o que produz com frequência, saturações do nível hidrostático, o que poderá exigir drenagem; nestes locais o relevo é bastante plano, com declives de 1,0 a 1,5%. Na margem direita e no mesmo sentido desta estrada as condições pedológicas apresentam solos menos profundos originário do Latosolo Vermelho escuro - textura arenosa exigindo curvas de nível, pois o terreno levemente ondulado apresenta declividade de 3 a 4%. Neste setor, mais precisamente a sudeste do projeto, os lençóis freáticos são relativamente profundos, o que levou a CESP, através de convênio com o IPT, construir poços profundos objetivando o abastecimento d'água para estes lotes. Convém observar que as águas do córrego Bandeirante possibilitarão, a exemplo do grupo Yoshihara, irrigações, não somente aos lotes banhados por este mas também os mais mediantes a este curso d'água.

Convém observar que uma das condições propícias para a mecanização em pequenas propriedades diz respeito à não existência de obstáculos (cercas vivas ou artificiais) delimitando uma e outra propriedade, uma vez que estes compartimentos contíguos livres facilitarão muito um trabalho meccanizado cooperativista. Essas medidas resultariam em dupla vantagem: reduziria os custos de produção e possibilitaria aos pequenos proprietários acesso a uma relativa tecnologia

agrícola.

Dentro das possibilidades para a exploração agrícola condicionadas pelas aptidões Ecológicas, principalmente, quanto as exigências climáticas (de ordem térmica e hídrica) as opções para os cultivos apresentam algumas limitações:

APTIDÕES CLIMÁTICAS PARA ALGUNS CULTIVARES

CLASSES DE APTIDÕES	CONDICIONANTES					
	CONDIÇÕES TÉRMICAS			CONDIÇÕES HÍDRICAS		
	Verão	meia estação e inverno	inverno	suficiente	com irrigação	não suficiente
APTA	abacate mamão milho melão melancia mandioca Ind. seringueira		batata feijão	maçã melancia melão feijão mandioca Ind. seringueira sorgo (águas)	arroz de sequeiro	
MARGINAL		feijão caqui pera pessego uva ameixa figo nespera	mamona			
MARGINAL E INAPTA						arroz de sequeiro
INAPTA	batata feijão					

FONTE: Zoneamento Agrícola do Estado de São Paulo, vol 1 e 2 - Instituto Agronômico de Campinas, 1977.

Embora tenhamos elaborado somente este quadro referente às aptidões climáticas apresentadas pela área do projeto em estudo, pode se observar uma participação expressiva das classes apta e marginal, o que se traduz por uma razoável amplitude de possibilidades de exploração agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Campinal e principalmente a área que será inundada pelo represamento já constitui-se numa grande fornecedora de produtos agrícolas - feijão, amendoim, milho, algodão - para o mercado paulista.

Nas épocas das colheitas grande número de atravessadores, isto é, intermediários entre o produto colhido e o beneficiado e vendido, aparecem nas áreas de cultivos para adquirir por preços irrisórios a produção do pequeno agricultor. Este por sua vez aceita as condições impostas porque, isolado, não pode esperar preços melhores, e não tem condições de transportar sua produção para obter preços reais de vendas nos mercados urbanos, e além disso já assumiu dívidas nos armazéns com gêneros de primeira necessidade e preocupado em pagar essas dívidas não tem outra alternativa a não ser a venda para esses compradores ambulantes.

A CESP no projeto de reassentamento rural previu a continuidade dessa situação, daí a iniciativa de orientar esses agricultores a se associarem para juntos resolverem os problemas que sem dúvida continuariam; dessa iniciativa surgiu a Cooperativa Agrícola Mista da Lagoa São Paulo - COLA GOA - que estimulará o desenvolvimento agrícola e a defesa de suas necessidades econômicas onde a venda, em comum, da produção agropecuária nos mercados locais, nacionais ou internacionais não sofra a interferência de atravessador.

Com esse cooperativismo espera-se que haja o armazenamento da produção para aguardar a melhor época de venda ao mesmo tempo que se pode obter do armazém da cooperativa gêneros, artigos de uso domésticos, pessoal e mesmo, adian

tamento em dinheiro sobre o valor dos produtos depositados pelos associados. Espera-se que o cooperado tenha uma prestação de serviços de mecanização e assistência agrícolas, e o transporte do local da produção para as dependências da cooperativa.

O que podemos constatar até o momento é que o projeto de reassentamento caminha lento, porém contínuo, recebendo atualmente a ajuda maciça da Empresa Municipal de Desenvolvimento, EMDEPE, criada em Presidente Epitácio para colocar na prática o plano de colonização planejado e elaborado pela CESP.

Esse pequeno trabalho que ora iniciamos deverá ter continuidade, pois estaremos acompanhando de perto os seus progressos, os seus problemas, enfim o seu desenvolvimento, por um período superior a 6 e 7 anos, quando então poderemos avaliar mais efetivamente os resultados desse projeto pioneiro de reassentamento rural no Brasil, bem como do cooperativismo implantado neste extremo sudoeste paulista, que aliás já recebeu exemplos de colonizações planejadas estrangeiras, na segunda década deste século, mas que acabaram se dissolvendo por estarem condicionados à satisfação das necessidades de determinados grupos capitalistas do momento o que propiciava uma certa instabilidade aos pequenos agricultores, conduzindo os a um regime falimentar.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Gilberto Osório de. O projeto de colonização do Alto Turi (Maranhão). Anais da A.G.A. volume XVIII: Presidente Prudente, 123-187, 1973.
- ANTONIO, Armando Pereira. A presença do Imigrante alemão no município de Presidente Venceslau - Sp (primeiras notas). Caderno Prudentino de Geografia, A.G.B., Presidente Prudente, 1: 28-34, 1981.
- BARREIRA, José. Um ensaio sobre o esvaziamento da população numa área pioneira - Presidente Prudente e Região. Rela

tório CNPq 1981.

CESP - Companhia Energética de São Paulo. Lagoa São Paulo - Estudo para o reassentamento da população. (Idéias preliminares) setembro 1978.

CESP - Companhia Energética de São Paulo. Projeto de reassentamento da população atingida na região da Lagoa São Paulo. Sumário. 1981.

LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro. São Paulo, Pioneira, 1976.

SALGADO, Fernando Carlos Fonseca. Aspectos da colonização no ceste paulista. Anais da A.G.B., Presidente Prudente XVIII: 189-206, 1973.

TEIXEIRA, Márcio Antônio. Organização do espaço rural no município de Paraguaçu Paulista. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. USP, São Paulo, 1979.